

Diagnósticos Urbanos e Habitacionais

Nome: João Domingos

Cargo: Gestor de Governação

Urbana – Development

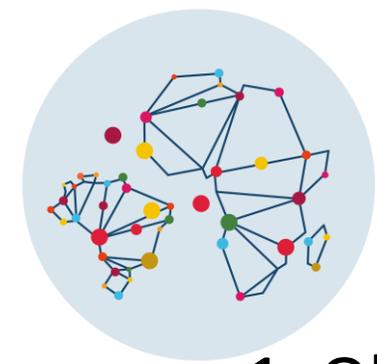
Workshop



Tema:

Cidades Pós-COVID-19
Diálogos entre o Brasil
e a África lusófona



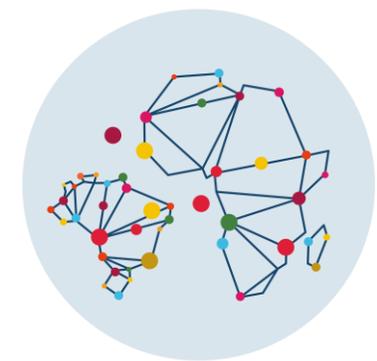


Estrutura de Apresentação



1. Objectivo da apresentação
2. Quadro das Politicas Habitacionais(Contexto geografico e socio economico)
3. Práticas de Monitoria das Politicas Habitacionais baseados em evidências(Co-produção de conhecimento, Transdisciplinary research approach mapeamento participativo, Mapeamento de pobreza)
4. Diagnósticos Urbanos e Habitacionais
5. Desafios e oportunidades actuais para implementação da PNUH
6. Conclusões e recomendações



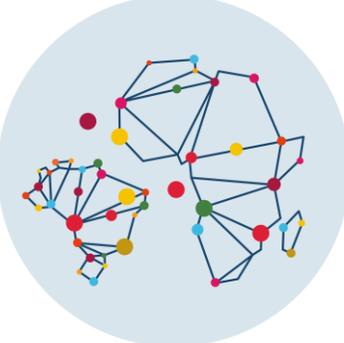


1. Objectivo da apresentação



Esta apresentação avalia os resultados e os beneficiários dos diferentes subprogramas do NPUH e compara isso com a produção de moradias "socialmente" sem apoio estatal, bem como algumas das experiências experimentais de Angola na urbanização de favelas.





2. Quadro de Política Habitacional



O sector de habitação foi oficialmente priorizado com o Programa Nacional de Urbanização e Habitação (NPUH) do país, que visava construir 1 milhão de unidades e reduzir o déficit habitacional em 50%



Programa Nacional de Urbanismo e Habitação



Habitação do sector público



Sector Privado

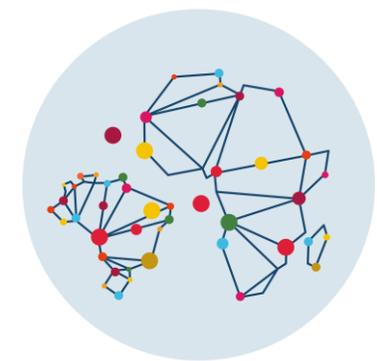


Habitação de cooperativas



Autocomstrução dirigido pelo Estado





2.1. Contexto Geografico e Socio-economico



- ✓ Migração rural para urbana Angola tornou-se um dos países de urbanização mais rápida da África, com mais de 66% vivendo em cidades em 2020 e Luanda com uma taxa média de crescimento anual de quase 6%.
- ✓ A economia angolana foi uma das que mais cresce em África. Aumentou quase dez vezes na década após a guerra, mas diminuiu nos últimos anos devido à queda dos preços do petróleo.
- ✓ A demanda por habitação e serviços urbanos básicos
- ✓ O Governo estimou que o déficit real de moradias é de quase dois milhões de unidades e a pesquisa de pobreza domiciliar realizada em 2009 estimou que 90% das moradias urbanas estavam abaixo do padrão e precisavam de um investimento substancial para atualizá-las para níveis de vida aceitáveis.



2.2. Remoção de Musseques e renovação urbana



- ✓ A abordagem para a remoção ou renovação de Musseques baseada na requalificação
- ✓ Prática, em Luanda envolve remoções forçadas de residentes, negociações em alguns casos, realocação de famílias
- ✓ Apropriação de terrenos para novas moradias ou projectos comerciais

41% da população urbana vive em bairros degradados (**Fonte de dados: INE, RGPH 2014**)

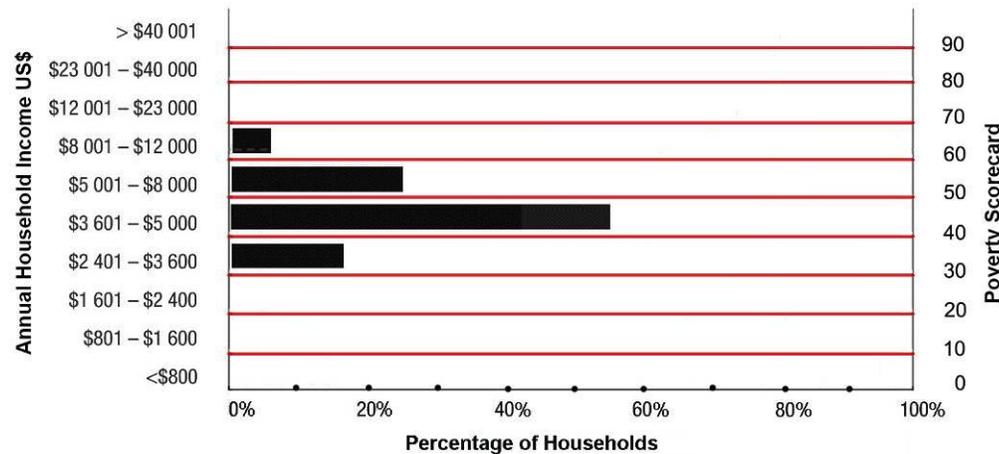


2.3. In –situ upgrading VS Renovação Urbana

Um modelo retirado da experiência brasileira, o Favela-Bairro foi testado em dois distritos de Luanda, envolvendo a melhoria in-situ de serviços de infraestrutura urbana e habitação.



Martires & Casenda In-situ Bairro Upgrading Program



3. Práticas e monitoria baseado em evidencias



- ✓ A DW e os parceiros comunitários estão monitorando a implementação em Angola da Nova Agenda Urbana e do DOS 11. teve como objetivo medir a redução da pobreza urbana e a implementação dos ODS e NUA contra a implementação do governo do NPUH.
 - ✓ Com base na experiência de DW na implementação do Observatório Urbano Nacional de Angola, denominado Sistema Nacional de Informação Urbana e Territorial (SNIT)
 - ✓ Os principais actores encarregados de fornecer habitação social NPUH foram:
 - 11,5% sector privado
 - 12% Cooperativas habitacionais
 - 8% Proprietários-construtores
 - 68,5%
- O NPUH visava promover o desenvolvimento social urbano, incluindo a renovação de Musseques, as únicas metas claramente articuladas eram em torno do número de unidades habitacionais.



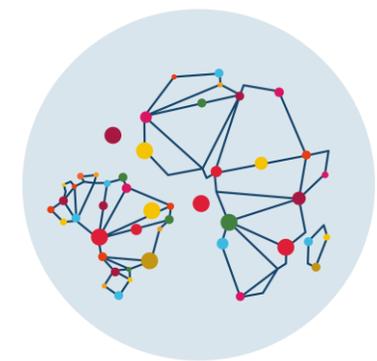
3.1. A monitoria dos ODS em Angola



Descrição do indicador	Nível de classificação	Valor de linha de base do indicador	Potencial fonte de dados
Indicador 6.1.1 - Proporção da população que usa os serviços de água potável com segurança	II	Proporção da população com acesso a fontes de água apropriada para beber Angola: 54% Áreas urbanas: 66% Áreas rurais: 32%: (2015-2016)	INE, IDREA 2018-2019; IIMS 2020/2021
Indicador 6.2.1 - Proporção da população que utiliza os serviços de saneamento apropriados, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão	II	18% (2015-2016)	INE, IDREA 2018-2019; IIMS 2020/2021
Indicador 6.3.1 - Proporção de águas residuais tratadas com segurança	II	Não existe ou não disponível	MINEA
Indicador 6.4.1 - Alteração da eficiência no uso da água	II	Não existe ou não disponível	MINEA
Indicador 6.4.2 - Nível de estresse hídrico: retirada de água doce como uma proporção dos recursos de água doce disponíveis	I	Não existe ou não disponível	MINEA
Indicador 6.5.1 - Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos	I	Não existe ou não disponível	MINEA
Indicador 6.5.2 - Proporção de área da bacia transfronteiriça com um acordo operacional para a cooperação da água	II	Não existe ou não disponível	MINEA
Indicador 6.a.1 - Quantidade de assistência oficial ao desenvolvimento relacionada a água e saneamento que faz parte de um plano de gastos coordenado pelo governo	I	Não existe ou não disponível	MINFIN/MINEA
Indicador 6.b.1 - Proporção de municípios com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento	I	Não existe ou não disponível	MINEA

Descrição do indicador	Nível de classificação	Valor de linha de base do indicador	Potencial fonte de dados
Indicador 11.1.1 - Proporção da população urbana que vive em musseques/bairros degradados, assentamentos informais ou habitação inadequada.	I	Proporção de agregados familiares residentes em áreas urbanas sem acesso a fonte de água para beber apropriada e sanitários apropriados não compartilhados: 69% (2015-2016)	INE, IIMS 2020/2021
Indicador 11.2.1 - Proporção da população que tem acesso adequado aos transportes públicos	II	Não existe ou não disponível	INE
Indicador 11.3.1 - Razão da taxa de consumo de terras e taxa de crescimento populacional	II	Razão da taxa de consumo de terras: 7,1 Taxa de crescimento populacional: 3,1 (2016)	UN-HABITAT
Indicador 11.3.2 - Proporção de cidades com estrutura de participação directa da sociedade civil no planeamento e gestão urbana a funcionar regularmente e democraticamente	III	5,2% (2016)	UN-HABITAT
Indicador 11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas directamente afectadas atribuídas a desastres por 100 000 habitantes	II	Mortes: 1 pessoa por cada 100 000 Pessoas afectadas: 1 583 por por 100 000 habitantes (2015)	MININT
Indicador 11.5.2 - Perda económica directa em relação ao PIB global, danos a factores críticos infra-estrutura e número de interrupções nos serviços básicos, atribuídas a desastres	I	Não existe ou não disponível.	MININT, MEP
Indicador 11.6.1 - Proporção de resíduos sólidos urbanos regularmente recolhidos e com adequada descarga do total de resíduos sólidos urbanos gerados.	II	Luanda: 75,2% (2017)	MINAMB
Indicador 11.7.1 - Proporção de espaço aberto para uso público nas cidades para o total da população	III	Não existe ou não disponível.	MINAMB
Indicador 11.a.1 - Proporção de população que vive em cidades que implementam planos de desenvolvimento urbano e regional integrando projecções populacionais e necessidades de recursos, pela dimensão da cidade.	III	42,1% (2016)	UN-HABITAT





3.2. Co-produção de conhecimentos



Os dados recolhidos e o mapeamento GIS produzido são propriedade conjunta dos Municípios e das associações comunitárias que se envolvem através dos Fóruns Municipais.

A abordagem da DW de coprodução envolve as Administrações Municipais que foram treinadas pela DW no uso de ferramentas de mapeamento participativo.

O programa de estágio da DW está aberto a todas as universidades públicas e privadas. Até 100 alunos finalistas estão disponíveis para trabalhar todos os anos em tarefas de colecta de dados e trabalho de campo.

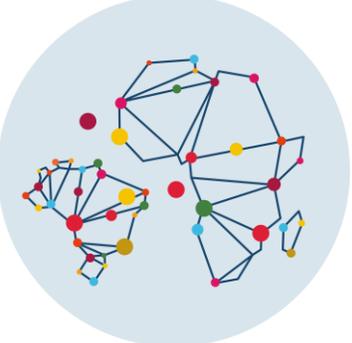
Dados partilhados com as instituições: Autoridade para permitir ou negar o acesso aos dados e a responsabilidade pela precisão, integridade e oportunidade dos dados. Mas esses dados devem ser amplamente disponibilizados por meio da propriedade conjunta com as administrações municipais.



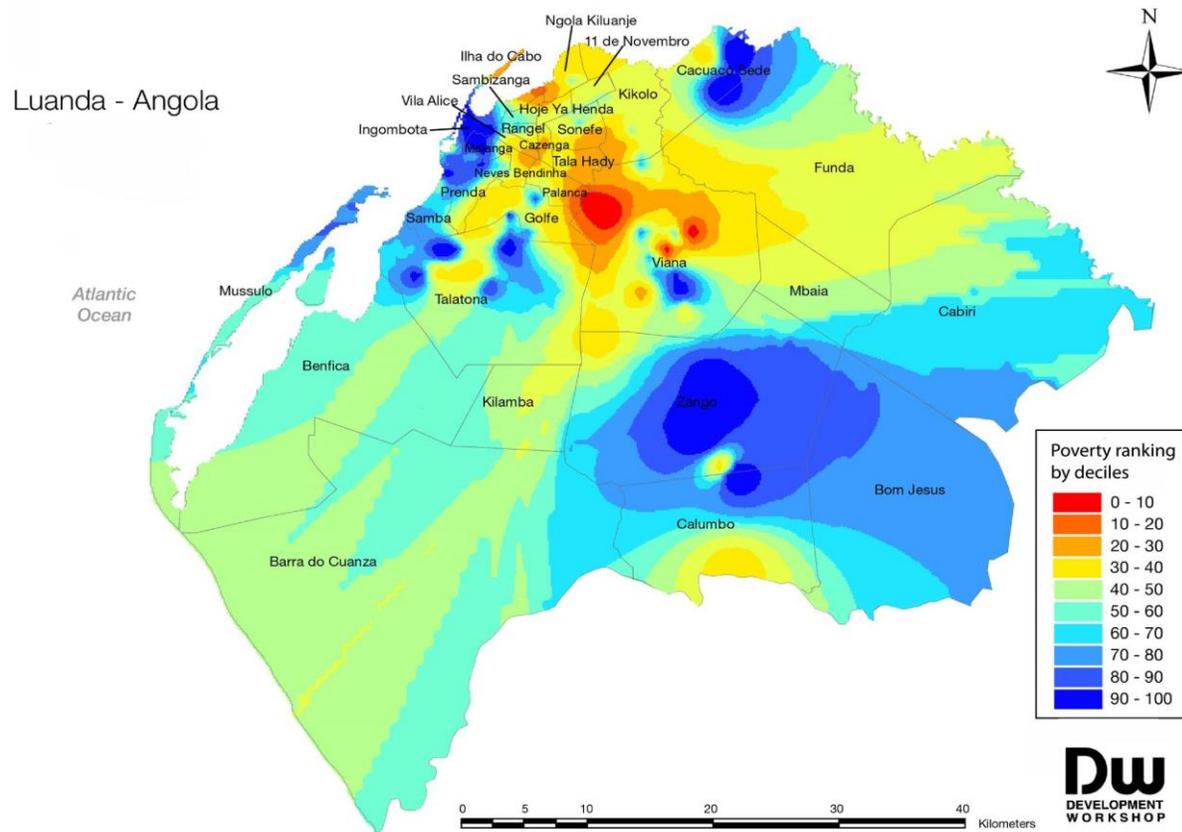
3.3. Mapeamento participativo & Poverty scoring

- ✓ Recolha de dados por grupos comunitários numa base regular para monitorizar mudanças nos indicadores locais de pobreza.
- ✓ Transformar a colecta, monitoramento e mapeamento de indicadores em kit de ferramentas de advocacia nos fóruns e conselhos municipais
- ✓ As pontuações de pobreza variam de 0 (provavelmente abaixo da linha de pobreza) a 100 (menos provavelmente abaixo da linha de pobreza). Não especialistas podem colectar dados e pontuações para computar em papel no campo em aproximadamente 10 minutos.



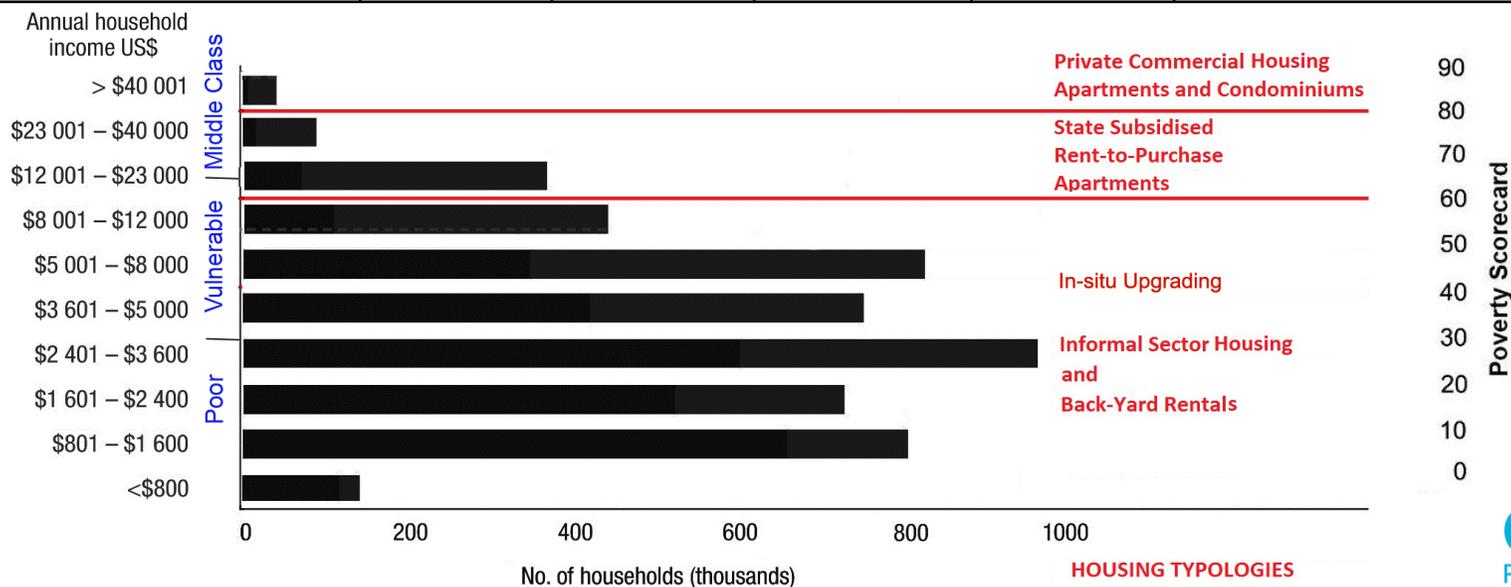


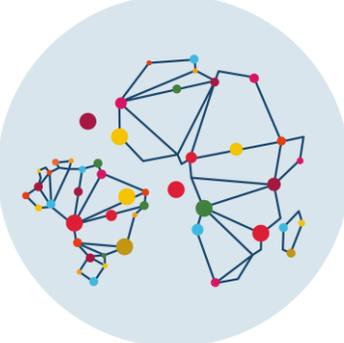
3.4. Mapa de pobreza



3.5. Alguns resultados do PNUH

NPUH Players	Planned Targets		Achievements against Targets		Results against Planned
	Units	Percentage	Units	Percentage	
State public housing	122,000	12.2%	189,372	155.2%	Exceeded target
Private Sector	115,000	11.5%	37,029	32.2%	Disappointing results
Cooperative Housing	80,000	8%	10,366	13%	Poor results
Directed Owner-Built	685,000	68.5%	?	?	104,357 Lots distributed
NPUH Total	1,000,000	100%	236,767	23.7%	42.8% if lots are counted
Social production	000		218,418		Unplanned





4. Diagnóstico habitacional



[20200805 Base de Dados Provinciais do PNUH 2009 - 2019 \(3\).jpg](#)



5. Desafios e oportunidades actuais para implementação da PNUH



A entrega de moradias pelo Estado, superou as metas até 2016.

O sector privado atendeu à elite do mercado e era financiado por parcerias público-privadas.

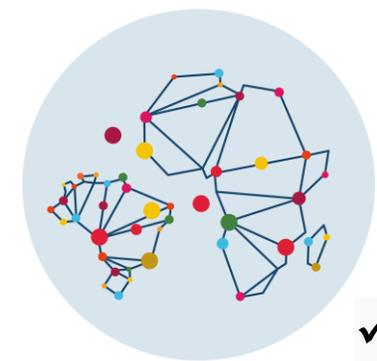
O sector cooperativo teve um desempenho muito baixo

O principal fracasso foi a falta de apoio para os proprietários-construtores, que foram responsáveis pela entrega de cerca de dois terços das moradias NPUH.

A PNUH entregou 236.767 com subsídios do Estado durante esse período. A produção de habitações sociais construídas informalmente, sem o apoio do Estado, foi estimada em 218.418.

A produção social das pessoas gerou quase o mesmo volume de habitação que todos os outros sectores combinados. Proprietários-construtores levantam financiamento da família ou de suas próprias economias. A habitação é construída de forma incremental e transacionada informalmente. A terra é adquirida no mercado informal sem o peso legal dos títulos de propriedade, desqualificando os construtores de receber hipotecas bancárias.





6. Conclusões e recomendações



- ✓ Recomenda-se que haja uma cultura de avaliar o desempenho dos projectos habitacionais para o país retirar lições para projetos futuros.
- ✓ O monitoramento deve ir além do números de moradias entregue.
- ✓ O PNUH em termos de disponibilidade das moradias não atendeu às necessidades habitacionais dos pobres e com menos recursos financeiras.
- ✓ A dependência do PNUH à empreiteiros estrangeiros contribuiu para a dívida de US \$ 43 bilhões de Angola e perdeu a oportunidade alimentar as economia local e empregos locais. A simplificação da administração de terras e a reforma da legislação de financiamento habitacional podem apoiar o desenvolvimento de um mercado hipotecário funcional. A demanda por habitação em Angola pode significar que o mercado imobiliário ainda pode se tornar um motor econômico.



Obrigad@!

NOME João Domingos

 Circuito Urbano

 www.circuitourbano.org

@ circuitourbano@onuhabitat.org

@ brasil@onuhabitat.org

 [ONU-Habitat Brasil](#)

 [onuhabitatbrasil](#)



IMPLEMENTANDO
A NOVA
AGENDA URBANA

ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR